

**GT 15 – Educação Especial****A INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INDÍGENA:  
UM DESAFIO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM RORAIMA**

Maria Edith Romano Siems Marcondes

O olhar sobre a questão da interface entre a Educação Especial e a Educação Indígena vem se ampliando na última década. Estudos e pesquisas desenvolvidas em regiões onde a presença de comunidades indígenas apresenta estruturação mais marcante, com alto índice de presença de indígenas e com a organização desses em movimentos sociais, tem se ampliado significativamente.

Como exemplo dessa produção que se intensifica podemos citar o trabalho de Buratto (2009) e os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, que vem se destacando por seu sensível olhar sobre este tema, colocando-se como referência na área.

Souza (2011) investiga a infância e as condições de vida da criança indígena Kaiowá e Guarani com deficiência, em aldeias da Região da Grande Dourados. Lima(2013) busca compreender que lugar ocupa a criança indígena surda nos espaços sociais e culturais das comunidades indígenas e, nesse sentido, investiga as formas de comunicação e inclusão de criança surda indígena no contexto familiar e escolar das Aldeias Bororó e Jaguapiru.

Este desafio é também assumido por Coelho (2011) que vai estudar a constituição do sujeito surdo e de sua comunicação na família e na escola no contexto dos Guarani-Kaiowa e Vilhalva (2009) que investiga as comunidades linguísticas indígenas do Mato Grosso do Sul,

apontando a emergência de línguas de sinais nas comunidades como fator central.

O objetivo desse trabalho é compreender de que forma esse processo de construção da interface entre as modalidades da educação especial e da educação indígena vem ocorrendo em Roraima, em especial no processo de formação de professores para a educação em escolas indígenas de educação básica.

Trata-se de estudo bibliográfico e documental em que, além de análise das mais recentes pesquisas que se dedicam ao estudo da interface dessas modalidades educacionais, se investiga de que forma no curso de formação de professores para a educação básica em perspectiva intercultural realizado pelo Instituto Insikiran de Educação Indígena da Universidade Federal de Roraima.

No contexto da educação escolar indígena de Roraima, estado localizado na região amazônica, extremo norte do Brasil, conta-se com uma representatividade expressiva dos grupos indígenas que, com sua articulação, conquistaram no início dos anos 2000 a criação da Licenciatura Intercultural Indígena, realizada no âmbito do Instituto Insikirande Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima como relatam Carvalho, Fernandes e Repetto (2008 e 2009).

Este curso é destinado à formação de professores indígenas em perspectiva intercultural, desenvolve um projeto pedagógico peculiar que foi pioneiro entre as instituições federais de ensino superior do Brasil, que busca construir, com a audiência e participação direta das representações das diferentes etnias um processo de trabalho que respeite as especificidades daquelas populações.

Na constituição da população roraimense, a presença indígena é marcante. No relato de Carvalho, Fernandes e Repetto (2009, p. 122 – 123)

O Estado de Roraima apresenta uma das maiores populações indígenas do Brasil, com um total aproximado de 45.500 indivíduos, distribuídos da seguinte forma: Makuxi 15.000, Taurepang 200, Ingaricó 1000, Y'ekuana 400, Patamona 50, WaiWai 1366, WaimiriAtroari 611, Wapichana 5000, Yanomami 10.000, conforme dados do ISA (2000). Deve-se ainda considerar a presença de aproximadamente 12.000 indígenas morando na capital Boa Vista, segundo estimativas da FUNAI. Desta forma, sendo a população de Roraima de 324.397 pessoas, o total da população indígena representa algo em torno de 13% da população do Estado. Este dado nos dá uma mostra da relevância da temática indígena para o contexto de Roraima, da Amazônia e do Brasil.

É importante destacar que os critérios que possibilitam a definição de uma estatística

quanto à população indígena guarda em si complexidades, em face da miscigenação e dos diferentes critérios para que se defina o que especificamente caracterizaria o pertencimento<sup>1</sup> a uma etnia indígena.

Analisando-se dados mais recentes verificamos em Freitas (2009, p. 31) indicações de dados que oscilam entre os 30.715 indígenas, na perspectiva da FUNAI e de 41.525 indígenas nos dados considerados pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado, considerando ali dados do ano de 2007 que, mesmo desatualizados, nos dão um indicativo do nível de oscilação que podemos encontrar em dados de diferentes fontes.

O Censo Demográfico do IBGE 2010, destaca Boa Vista como o 8º município brasileiro em números absolutos de população indígena: 8550, se considerado apenas o critério de população urbana, subimos para a 6ª posição, além de termos também no estado o 8º município em números absolutos de população rural indígena, Alto Alegre, com 7457 indígenas auto declarados.

Ainda segundo o Censo do IBGE 2010 em todo o Estado temos 55.922 indígenas, e 18742 tem idade abaixo de 10 anos. Dos 37.180 indígenas com idade acima de 10 anos, 11.216 ainda não são alfabetizados, índice bastante elevado em comparação com a população não indígena.

Dentre esses, podemos pressupor a existência de pessoas com deficiência. Em estudo que toma por base os dados do Censo Demográfico e contextualizando de que forma as situações de saúde e assistência deficitária impactam na ocorrência de situações de deficiência entre as populações indígenas, Buratto (2009) indica que os dados do Censo apontam que:

O índice de deficientes entre indígenas é alarmante, tal situação agrava-se na região sudeste, onde o índice é de 21,7%, no sul do Brasil a deficiência atinge 19,5 %, índice bem maior que a taxa geral da população brasileira que é de 14,5 %. Este fato chama a atenção para a necessidade de refletir sobre o assunto e buscar soluções pois o fato de ser indígena e deficiente torna esta parcela da população duplamente discriminada.

As fragilidades ainda existentes no mapeamento estatístico da população com deficiência são comuns a todo o país, mas, em termos oficiais, Censos do IBGE apontam o

---

1 Pela legislação em vigor e pelos critérios adotados pelo IBGE o pertencimento a uma etnia baseia-se em um parâmetro auto declaratório, entendido como verdade a forma de identificação que o sujeito adote.

seguinte mapa de presença de pessoas com deficiência em Roraima:

População com deficiência em Roraima

População com deficiência em Roraima		
Deficiência visual	Não consegue de modo algum	1.129
	Grande dificuldade	13.603
	Alguma dificuldade	62.511
Deficiência auditiva	Não consegue de modo algum	561
	Grande dificuldade	3.382
	Alguma dificuldade	15.152
Deficiência Motora	Não consegue de modo algum	1.149
	Grande dificuldade	5.953
	Alguma dificuldade	15.603
Deficiência Intelectual ou mental		4.916
	<b>Total de pessoas com deficiência</b>	<b>123.959</b>
Percentual de pessoas com deficiência em relação ao total da população		<b>27,00%</b>
Percentual de pessoas com deficiência em relação ao total da população se excluídas as que afirmam ter apenas "alguma dificuldade"		<b>6,80%</b>

Fonte: Censo 2010 – IBGE

E, quem são os indígenas de Roraima? Na literatura, na mídia ou em textos didáticos, é comum observarmos referências ao índio brasileiro. Este sujeito apresentado no singular, que tem no calendário nacional uma data comemorativa própria, com perfil homogêneo apresentado nos livros didáticos mais tradicionais, não nos foi possível encontrar em Roraima.

A presença indígena é plural. A perspectiva “tudo índio, tudo parente”<sup>2</sup>, demarcada na canção, retrata não uma unidade homogênea, mas uma pluralidade que no dissenso e no consenso se reconhece como comunidade. Etnias diversas. Mitologias diversas. Unidas por questões e conflitos semelhantes, enfrentados, no mais das vezes, de maneira diversa. Participação ativa na cena cultural e nas atividades econômicas. Presença na vida urbana e na atividade econômica do campo. Presença como trabalhadores em posição subalterna, como funcionários públicos das camadas médias e também como dirigentes em órgãos públicos ou privados e proprietários de pequenas empresas comerciais e de serviços.

2 Tudo Índio, Tudo parente (Letra e Música de Eliakim Rufino) Eu conheço Wapixana que mora no treze/E ele sabe de outros cem/Que também moram lá/Muita gente índia, muita gente/No conselho indigenista/Macuxi de São Vicente//Tudo índio, tudo parente/Em cada bairro da cidade/Cada tribo tem o seu representante/Os Tuxauas se reúnem/Toda semana/Na associação do Asa Branca/Tudo índio, tudo parente/Eu conheço Yanomami que vende sorvete/E um pedreiro Taurepang que vive de biscate/As mulheres índias/Longe da maloca e da floresta/Sobrevivem como desempregadas domésticas/E os milhares de meninos e meninas/Fazem papel de índio no Boi/Durante as festas juninas/Tudo índio, tudo parente

Com as conquistas efetivadas na constituição de processos educacionais compatíveis com os interesses e necessidades das comunidades<sup>3</sup>, é crescente o volume de indígenas - que como tal se reconhecem -, que concluem o ensino superior – inclusive em nível de pós-graduação e retornam para trabalhar na defesa dos interesses manifestos por suas comunidades e, em alguns casos de buscar recuperar-se, enquanto povo, dos impactos culturais, materiais e humanos que a chegada dos colonizadores trouxe a estas comunidades.

As populações indígenas tem um papel expressivo no processo histórico de desenvolvimento do Estado de Roraima. Um papel que, a cada dia mais, se constata não ser de subalternidade passiva ao estrangeiro colonizador, mas que também é demarcado por resistências ativas, enfrentamentos do poderio do dominador<sup>4</sup>, com consequências que não podem ser desconsideradas na definição dos tempos em que esta ocupação do espaço se deu e nas formas pelas quais se configurou.

Em termos educacionais registra-se, além da presença expressiva de crianças indígenas nas escolas urbanas e rurais, a existência de 228 escolas estaduais e 71 escolas municipais de educação básica exclusivamente indígena. Dentre as estaduais, 41 possuem o ensino médio e dentre as municipais, 71 já possuem Educação Infantil, com currículos e materiais didáticos que caminham para maior adequação aos interesses e necessidades das comunidades e, em alguns casos dispendo de calendários específicos.

Nestas escolas, as lideranças das comunidades indígenas, com seu exercício histórico de liderança comunitária, tem participação ativa nos conselhos escolares e interveem junto aos sistemas para que os professores sejam preferencialmente da própria comunidade indígena, o que – em parte significativa das localidades - já vem sendo alcançado.

Em 2013 pode-se contar com 179 professores graduados na Licenciatura Intercultural Indígena oferecida desde 2003 pela Universidade Federal de Roraima, além de 240 professores indígenas atuantes e ainda cursando esta licenciatura; e de aproximadamente 920 professores que possuem o curso de magistério de nível médio, dentre estes, inclusive professores da etnia Yanomami, comunidade que tem forte projeção internacional, sendo reconhecidos como um dos

---

3 Além da Licenciatura Intercultural o Instituto Insikiran de Educação Indígena oferece os cursos de Gestão Territorial Indígena e o curso de Gestão em Saúde Indígena. Além disso, há a abertura de vagas específicas para indígenas, através de um processo seletivo especial para os demais cursos de bacharelado e licenciatura da UFRR.

4 Para maior aprofundamento ver Koch-Grünberg (2003) e Vieira (2007)

povos que manteve um dos maiores distanciamentos das populações tidas como “civilizadas” do planeta.

A presença de crianças com deficiência nas comunidades indígenas é tema controverso, do qual não nos foi possível obter dados confiáveis. Encontramos registros de antropólogos quanto à presença e inter-relações de pessoas com deficiência em comunidades indígenas em Roraima já em relatos do início do século XX.

Não encontramos registros de ações de escolarização destinadas a essas pessoas nos primeiros anos deste período. Parte dos documentos das ordens religiosas que aqui atuaram, e onde se davam as ações de escolarização dos indígenas, ainda não se encontram acessíveis aos pesquisadores, podendo, no futuro, ocorrer o encontro de fatos novos no tocante a esta situação.

O estudo apresentado por Cirino (2009) em que investiga o processo de evangelização dos Wapischana que, em seu formato central, é desenvolvido em processo que carrega em si elementos associados às práticas da escolarização, em especial na primeira metade do século XX, valem-se do acesso a uma parcela desses documentos, mas, pelos registros e relatos do pesquisador é de se supor que muito do material existente ainda deverá ser analisado no futuro.

De maneira geral, a presença de pessoas com deficiência entre os povos indígenas – grupo populacional majoritário em Roraima no período inicial de ocupação pelas populações não indígenas, de origem predominantemente europeia - é, corriqueiramente, no discurso do senso comum, tomada como inexistente. Atribui-se às comunidades indígenas a prática do extermínio dessas pessoas no ato do nascimento.

Pudemos, entretanto verificar, nos relatos de Koch-Grünberg (2003) referentes à expedição que realiza entre 1911 e 1913 entre Roraima e o Orinoco, registros que demarcam a presença de diferentes situações de indígenas com deficiência, um indício da existência de um cotidiano em que outras práticas em relação às pessoas com deficiência e ou diferenças expressivas, como o albinismo, se faziam presentes.

Em seu texto o autor faz referência à informação quanto à existência de dois indígenas da etnia Yekuana albinos. Refere-se ainda a um “Guinaú mudo [que] perdeu a fala quando criança, por causa de uma doença, e só consegue balbuciar alguns sons, mas que são entendidos pelas pessoas que vivem com ele.” (KOCH-GRÜNBERG, 2003, p. 238); a um Xamã cuja mulher, embora cega, realiza várias das atividades cotidianas da tribo (idem, p. 243) e a um Baré mestiço que nasceu sem braços e executa todas as atividades do dia a dia com os dedos dos pés

(idem, p. 371).

Em todos estes relatos, um ponto comum é o fato de estas pessoas serem apresentadas como adultos ativos, partícipes da vida da comunidade, envolvidos em atividades produtivas e relacionamentos familiares, apesar de, em outro momento do texto, o autor fazer referências ao fato de não ser comum a atenção e o cuidado com pessoas com deficiência entre os índios e à intenção (não concretizada) da família Baré de matar o menino nascido com deficiência física por entenderem que este seria “filho de um mau espírito” ou Maguari (KOCH-GRÜNBERG, 2003).

Na atualidade os dados da presença de crianças, adolescentes e adultos indígenas na população e nos espaços escolares apresentam variações e inconsistência que precisam ser consideradas, mas que não inviabilizam que os tenhamos como ponto inicial de reflexão.

Uma consulta aos dados do Censo Escolar 2010 aponta que, entre os 14.820 alunos indígenas matriculados em escolas de Educação Básica em Roraima existem 31 alunos indígenas com algum tipo de deficiência:

Matrículas de indígenas com necessidades especiais

<b>Categorizações</b>	<b>Roraima</b>	<b>Brasil</b>
<b>Cego</b>	0	14
<b>Baixa Visão</b>	4	154
<b>Surdez</b>	4	90
<b>Deficiência auditiva</b>	8	144
<b>Surdo cegueira</b>	0	14
<b>Deficiência Física</b>	6	200
<b>Deficiência mental</b>	12	446
<b>Deficiência múltipla</b>	4	60
<b>Autismo</b>	0	11
<b>Síndrome de Asperger</b>	0	15
<b>Síndrome de Rett</b>	1	8
<b>TDI</b>	0	57
<b>Altas habilidades</b>	0	27
<b>Total</b>	31	1.079

Fonte: Censo Escolar 2010 - microdados

Há indícios manifestos da existência de subnotificação nesses dados já que o critério básico para sua inserção como dado é a existência de laudo médico diagnóstico, documento pouco comum e de difícil obtenção nas comunidades indígenas, em parte expressiva localizadas em áreas de acesso difícil aos serviços especializados de saúde.

Não encontramos, entretanto, registros referentes à existência de estudos que apontem dados mais concretos sobre a presença dessas crianças com deficiência nas escolas indígenas,

nem sobre as práticas pedagógicas com elas desenvolvidas.

Analisando o projeto político pedagógico do curso de formação de professores para a educação indígena oferecido na Licenciatura Intercultural da UFRR e os registros do programa E'Ma Pia (CARVALHO, et all, 2008 e 2009) esta é ainda uma temática que não se apresenta em nenhum ponto do currículo ou das discussões que o envolve. A estrutura do curso, conforme descrito em seu próprio projeto prevê que este:

Terá a duração de 5 anos, assim organizado: os dois primeiros anos são de formação comum, cuja abordagem perpassa uma orientação pedagógica específica articulada com as três áreas de concentração, a serem cursadas nos três últimos anos, quais sejam: 1) *Ciências Sociais*, 2) *Comunicação e Artes* ou 3) *Ciências da Natureza*.

Em termos de clientela, destina-se prioritariamente aos indígenas professores que já estejam atuando com docentes na rede e distribuído em períodos de alternância em que se registram um tempo intensivo de atividades na Universidade e um período que se constitui no tempo desenvolvido na comunidade em que projetos são apresentados, debatidos e analisados nos encontros pedagógicos que ocorrem em diferentes regiões.

Não há, entretanto, nem nos referenciais estruturais do projeto político pedagógico, nem nos Temas Contextuais que orientam as atividades didáticas cotidianas, qualquer registro de estudo das questões relacionadas às pessoas com deficiência e suas especificidades.

Em nossa trajetória como pesquisadores temos compreendido que não é só no universo do que acontece em formas e dados expressivos que se dá a vida humana. Que não é apenas nas falas e fatos que se encontram os dados, mas que, nos silenciamentos, nas ausências, nas faltas, muito também pode ser identificado. Como afirma Amorim (2002, p. 08) analisando a questão do silêncio no estudo em ciências humanas:

Este silêncio radical que não remete a nenhuma voz é também signo de que, em nosso trabalho de análise de um texto, estamos em presença de um regime discursivo dominante que merece ser identificado em seus constrangimentos. Todo regime discursivo está organizado segundo uma série de constrangimentos que permite que uma série de coisas seja dita mas que, para isto, impede que outras tantas o sejam.

Neste sentido, a ausência de qualquer referência à atuação docente em um contexto que considere a presença das crianças com deficiência já presentes nas salas de aula das escolas

indígenas, sinaliza questões cuja natureza demandam um aprofundamento de estudos e pesquisas.

Ainda segundo Amorim (2003, p. 13):

Este silêncio é fundamental para a problemática do texto de pesquisa em Ciências Humanas. De um lado, porque pode ser que ele seja o único signodoutro, quando este se apresenta como uma alteridade radical. Este outro, ou ainda, esta dimensão do outro da qual não sei ou não posso falar.

Este aprofundamento só poderá ser construído em rigoroso trabalho de campo e com o compromisso de deslocar-se a lógica da perspectiva que envolve os estudos clássicos em educação especial. Como afirma Lima (2011, p. 13)

A construção de uma interface entre Educação Especial e a Educação Escolar Indígena requer um olhar socioantropológico, cultural e linguístico, devido às particularidades e especificidades da cultura surda e da cultura indígena. Observam-se escassas publicações e pesquisas referentes à articulação da Educação Especial com a Educação diferenciada indígena. Refletir sobre as peculiaridades inerentes ao processo de interação entre esses dois campos de conhecimentos tão distintos torna-se uma tarefa complexa, geradora de tensão e ambiguidades. A Educação Especial, construída sobre os alicerces etnocêntricos do pensamento ocidental, procura inserir-se na construção da escola diferenciada indígena, que busca romper com propostas de “fora”, pensadas sob a perspectiva e experiência do não indígena.

São questões amplas, que extrapolam em muito a simples transposição de saberes constituídos na educação especial convencionalmente aplicada para a formação de docentes para o ensino regular ou especializado. Há ainda que se considerar de que forma a educação de pessoas indígenas com deficiência inseridas nas escolas urbanas não especializadas em educação indígena e que impactos essa educação traz para os estudantes, suas famílias e comunidades nos quais estão inseridos.

Este desafio, entretanto, já vem sendo enfrentada em outras regiões em programas que oferecem a formação intercultural destinada às populações indígenas. No relato de Lima:

Dentre os estudos documentais, observou-se que professores indígenas do curso de Licenciatura Indígena TekoArandu da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em conjunto com a escola da Terra Indígena (T.I.) Francisco Horta Barbosa, localizada no município de Dourados/MS, elaboraram um documento sobre os direitos das pessoas com deficiência e prevenção das mesmas, segundo a visão cultural guarani e kaioiwá, que orienta sobre o direito à Educação Especial, de modo a prover “recursos e serviços de Atendimento Educacional Especializado e projetos pedagógicos constituídos

com base nas diferenças sócio-culturais” (CURSO DE LICENCIATURA INDÍGENA TEKÓ ARANDU, 2009, p. 2 apud LIMA, 2011, p 13).

Várias são as questões a serem enfrentadas, Em primeiro lugar há que se considerar o fato de que a população existente encontra-se distribuída no espaço de maneira esparsa, o que faz com que o acesso a especialistas aptos a diagnosticar, categorizar e estabelecer intervenções clínico-terapêuticas é limitado. Em um primeiro momento, esse que pode ser considerado um dado negativo, poderá implicar, por exemplo, em que soluções diferenciadas e inovadoras possam ser construídas para os processos de escolarização de pessoas com deficiência.

Outro desafio a ser enfrentado é o de dar visibilidade ao fato de que existem alunos com características biológicas que historicamente vem sendo categorizadas como deficiência nas escolas indígenas. Esses sujeitos, tradicionalmente entendidos como crianças a serem atendidas nas lógicas da educação especial podem encontrar nas escolas indígenas, outros mecanismos de desenvolvimento.

É relevante que se acompanhe as experiências que vem sendo construídas pelos professores ali atuantes e finalmente, que sejam trazidas ao contexto da formação de professores temas que a presença de pessoas com deficiência suscita nos processos e práticas de escolarização. São amplos os caminhos para atuação com esses alunos, e poderão ser ainda mais enriquecidos com a audiência, colaboração e intervenção da comunidade envolvente, como tradicional entre os povos indígenas.

Dessa forma, entendemos que a construção, formalização e sistematização das ações realizadas na interface da educação especial com a educação indígena, em que se tome por base os desafios de construção de sistemas que possam fugir da lógica etnocêntrica e de busca pela homogeneização dos indivíduos que vem demarcando os espaços da escolarização contemporânea das populações nãoindígenas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Marília. **Vozes e silêncio no texto de pesquisa em ciências humanas**. Cadernos de Pesquisa n 116, julho/2002.

BURATTO, L. G. **O Indígena em Situação de Deficiência**: o duplo desafio da inclusão (p.1-9). [s.d.]. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/md\\_lucia\\_gouvea\\_buratto.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_lucia_gouvea_buratto.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2013.

CARVALHO, Fábio Almeida; FERNANDES, Maria Luiza e REPETTO, Maxim. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural**. Boa Vista: Editora UFRR, 2008.  
\_\_\_\_\_, **Acesso e permanência de indígenas ao ensino superior: o programa E'MA PIA**. Boa Vista: Editora UFRR, 2009.

CIRINO, Carlos Alberto Marinho. **A “boa nova” na língua indígena: contornos da evangelização dos wapichana no século XX**. Boa Vista: Editora UFRR, 2008.

COELHO, Luciana Lopes. **A constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaiowá: os processos próprio de interação e comunicação na família e na escola**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, 2011.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima**. 7 Ed. Edição revista e ampliada. Boa Vista: Editora IAF, 2009.

KOCH-GRÜNBERG. **Do Roraima ao Orinoco**, Vol. I, São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LIMA, Juliana Maria da Silva. **A criança indígena surda na cultura Guarani-Kaiowá: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e na escola**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, 2013.

SOUZA, Vania Pereira da Silva. **Crianças indígenas Kaiowá e Guarani: um estudo sobre as representações da deficiência e o acesso às políticas de saúde e educação em aldeias da região da Grande Dourados**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, 2011.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios de Roraima: a Disputa pela Terra 1777 – 1980**. Boa Vista: EDUFRR, 2007.

VILHALVA, Shirley. **Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas Indígenas de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. 2009.